

## O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 – 2014)<sup>1</sup>

*The movement of the homeless in Florianópolis: changes in the profile of actors and practices (1990 - 2014)*

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n2p268>

**Francisco Canella**

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil*

Este artigo analisa as recentes ocupações urbanas da região da Grande Florianópolis (SC), identificadas como movimentos de luta pela moradia e/ou dos sem teto, tendo por foco a Ocupação Contestado, que demarcou a retomada de lutas organizadas pelo acesso à terra urbana. Tendo como hipótese a ideia de que as recentes ocupações compõem um novo ciclo de lutas, comparável ao que ocorreu na região nos anos de 1990, analisam-se os dois contextos, tendo por eixo alguns pontos em comum, entre os quais, as características socioeconômicas das pessoas e famílias que aderiram às ocupações, sua relação com processos migratórios recentes, o papel dos mediadores e o significado político da emergência destes atores no contexto político da cidade.

Palavras-chave: movimentos sociais; sem-teto; Florianópolis.

*This paper analyzes the recent urban occupation of the region of Florianópolis (SC), identified as movements struggling for housing and / or homeless, with a focus Contestado the Occupation, which marks the resumption of fights organized by access to urban land . The hypothesis the idea that the recent occupations make up a new cycle of struggles, comparable to what occurred in the region in the 1990s, the authors try to analyze the two contexts, with the axis some points in common, including the socioeconomic characteristics people and families who have joined the occupations, their relation to recent migration process, the role of mediators and the political significance of the emergence of these actors in the political context of the city.*

*Keywords: social movements; homeless; Florianópolis.*

### Introdução

Na última década o Brasil vivenciou o crescimento de movimentos organizados nos espaços urbanos, especialmente os conhecidos sob o termo movimento dos sem-teto. Este tipo de movimento caracteriza-se pela ocupação de um terreno ou de um prédio por pessoas sem moradia, ou com acesso precário a ela. Com base no princípio constitucional da função social da propriedade, que sobrepõe o direito à moradia ao direito à propriedade, tais movimentos foram ao longo das décadas se consolidando em um país marcado pela profunda desigualdade no acesso ao solo urbano. As ações que são aqui analisadas referem-se àquelas que foram previamente organizadas, originando-se de ações coletivas de ocupação de terrenos ou prédios, e não aquelas que surgiram de

---

1 Agradeço a Carmen Susana Tornquist pelos comentários e sugestões durante a elaboração desse artigo

forma espontânea, com a vinda gradual de muitos moradores, construindo suas habitações sem um planejamento prévio e de forma estendida no tempo. Doravante, o artigo irá se referir a estas últimas (as espontâneas) como assentamentos e às primeiras (as organizadas), alvo desse artigo, como ocupações<sup>2</sup>.

Na história recente do país, as ocupações urbanas passaram a se constituir como importantes atores políticos, estabelecendo uma intensa interlocução com o Estado, mesmo nos casos em que um discurso de cunho antiestatista se faz presente. Luciana Tatagiba se refere a esse processo como sendo de “interação conflitiva”. Ela destaca que a capacidade de mobilização e pressão do movimento por moradia está relacionado com o aprendizado adquirido com a experiência de interação conflitiva na qual, na relação com o Estado, o movimento diversifica suas estratégias de ação de forma criativa “a partir das oportunidades e constrangimentos impostos pela conjuntura”. E é essa capacidade de aprender que o constitui como ator central na disputa por recursos e por acesso à cidade. (TATAGIBA, 2012, p. 400-401).

Outro aspecto que merece atenção é que a luta por moradia empreendida pelo movimento dos sem-teto sempre foi revestida de um conteúdo que lhe conferiu legitimidade. Quanto a isso, é importante destacar que a legitimidade deste ator repousa nas conquistas obtidas pelo movimento da Reforma Urbana, originado dos anos 1960 e que obteve, quando da elaboração da Carta Constitucional de 1988, duas importantes conquistas: os artigos 182 e 183, referentes à política de desenvolvimento urbano e, principalmente, a regulamentação destes pela Lei Federal nº 10.257, de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, e que se baseia na noção de função social da propriedade – e da cidade – e na gestão democrática da mesma.

É dentro desse marco histórico-temporal que articula passado e presente que buscamos analisar dois diferentes contextos do movimento dos sem-teto em Florianópolis: o primeiro, entre os anos de 1990 e 1992 e o segundo, no período entre 2012 e 2014. Tem-se como eixo de análise as características socioeconômicas das pessoas e famílias que aderiram às ocupações, sua relação com processo migratórios recentes, o papel dos mediadores e o significado político da emergência destes atores no contexto político da cidade.

## **Florianópolis: alguns dados preliminares**

Entre as décadas de 1950 e 1970, Florianópolis inscrevia-se na mesma dinâmica de crescimento das outras cidades brasileiras, acompanhando as mé-

---

2 Tal classificação é utilizada pela equipe de pesquisa Infosolo, e por Maria Inês Sugai, em seu estudo sobre a Grande Florianópolis (2009), região sobre a qual se refere esta pesquisa.

dias nacionais, cujo aumento populacional podia ser creditado às intensas migrações campo-cidade do período. As demandas geradas desse processo e os subsequentes investimentos do poder público e do setor privado aumentavam o mercado de consumo na cidade. No entanto, também começou a ficar mais evidente a existência dos problemas sociais, os quais se distribuíam desigualmente no espaço, especialmente nos municípios da área conurbada. Uma característica da expansão da Região Metropolitana pode ser destacada pela observação do crescimento dos municípios vizinhos, da área conurbada de Florianópolis, como São José, Biguaçu e Palhoça. Em 1960 a população de Florianópolis correspondia a 58,2% do total de habitantes da área conurbada; em 2010, abriga 49,26% (CANELLA, 2011, p. 68). Embora a população de Florianópolis tenha crescido muito nas últimas décadas, esse crescimento ocorreu em toda área metropolitana, e com intensidade maior nos municípios vizinhos.

Ao longo das décadas foi se aprofundando um padrão de crescimento a diferenciação entre Ilha e Continente, com a parte insular sendo identificada como a área rica da cidade. Uma pesquisa realizada pela urbanista Maria Inês Sugai sobre as ações do poder público na área conurbada de Florianópolis mostrou que o Estado tem exercido um papel indutor na produção dessa desigualdade. Os investimentos públicos sistemáticos em áreas habitadas por população de alta renda (principalmente na Ilha) acabou por gerar um círculo vicioso de novas e constantes ações nessas áreas privilegiadas, em detrimento dos bairros da área continental e dos municípios da área conurbada, consolidando uma expressiva segregação socioespacial (2004, p. 2). As desigualdades sociais, portanto, traduziram-se em desigualdades espacialmente produzidas, não podendo ser desvinculado o processo de exclusão social da segregação socioespacial, no qual o Estado coloca-se como um agente indutor.

As ações do poder público ocorrem conjugadas a consolidação de um discurso que alçou a atividade turística à principal alternativa para o futuro da cidade, colocando-a como uma “tábua de salvação” da economia local (OURIQUES, 1999, p. 63). Na verdade, tal discurso se assenta muito mais num projeto que corresponde à venda da cidade como “Ilha da Magia”, apoiado em forte divulgação publicitária, via diferentes meios, da noção de qualidade de vida do que numa real e efetiva alternativa de desenvolvimento econômico, como demonstrou Helton Ouriques. De acordo com os estudos desse economista é bastante questionável o potencial de empregabilidade do setor turístico, bem como a possibilidade dele se constituir como alternativa de preservação ambiental.

A distribuição dos equipamentos coletivos, inclusive os viários, concentra-se na parte insular da capital, e faz parte de um projeto de elitização da cidade, que tem contado com a adesão recente de muitos novos migrantes de camadas

medias e altas de outras regiões do país. Assim, a construção de uma cidade elitizada, nas últimas décadas, é parte do processo de consolidação da “cidade-mercadoria” de forma muito visível, que resulta espacialmente, em uma elitização da porção insular da cidade, que tem como contrapartida a explosão dos moradores pobres para a área continental, tanto na pequena porção que faz parte da capital, quanto nos municípios vizinhos, onde se concentram a maior parte dos assentamentos precários e onde se situa a Ocupação Contestado.

A necessidade da proximidade da mão de obra do setor de serviços e da construção civil criou um fluxo significativo de pessoas, mercadorias e serviços entre estes dois territórios – a ilha da magia” e o continente. É essa necessidade de mão de obra que explica a permanência de alguns assentamentos precários mais antigos e a consolidação de outros, na área insular, não obstante sua invisibilidade social e política: 50 assentamentos na área insular, de um total de 170 na área conurbada (SUGAI, 2009). Destes assentamentos, 63 estão situados no município de São José, cidade contígua à capital. Embora tenha se intensificado nos últimos anos, tal processo não é recente. No contexto de uma cidade com espaços segregados a precariedade da situação de moradia para grande parte dos moradores da Região Metropolitana de Florianópolis, tem criado ao longo de sua história uma série de conflitos que têm na questão da moradia seu principal eixo articulador.

### **Os sem-teto em Florianópolis**

No período que se estende do início dos anos 1990 até 2015, houve dois ciclos de mobilizações ligadas ao acesso à terra e/ou moradia urbana: o primeiro correspondendo aos anos 1990, e o segundo, o atual, que foi inaugurado pela Ocupação Contestado, em 2012, em São José. Esses dois momentos podem ser caracterizados como ciclos, termo cujo emprego se justifica por inexistir uma continuidade entre os dois momentos, e pelo fato de suas características tanto em termos de composição social de seus integrantes, como nas formas de organização e mobilização são significativamente distintas. Além desses aspectos, a comparação, por ter como referência movimentos organizados, direciona seus esforços para a análise dos mediadores do movimento, aqueles assessores e/ou articuladores que, na nossa perspectiva, desempenham um papel fundamental na constituição e na condução dos movimentos em ambos os contextos.

#### *Primeiro ciclo: os sem-teto na década de 1990*

Nas primeiras ocupações organizadas tiveram importante papel aqueles setores da Igreja Católica identificados com a Teologia da Libertação, a qual nos anos 1970 e 1980 teve grande importância nas lutas sociais do campo e

da cidade, na América Latina, como um todo, e no Brasil, fundamentalmente entre os pobres, como destacado por Maristela Fantin (1997) e Tereza Franzoni (1993), entre outras autoras que estudaram este tema em Santa Catarina.<sup>3</sup>

Sob a aparência de cidade tranquila e harmônica, Florianópolis, no entanto, convivia com as contradições sociais comuns a outras cidades brasileiras. A existência de áreas pobres na área insular da capital, conhecida como Maciço Central, data de inícios do século, quando a população negra foi expulsa da área central da cidade, sob a mesma argumentação que foi conhecida em outros centros urbanos - a da higienização da cidade - e passaram a viver nas áreas de encosta da área insular, muitas delas consideradas de risco (ARAÚJO, 1999).

Sobre a situação destas áreas pobres em Florianópolis é importante observar que o agravamento do déficit habitacional nos anos 1980 aumentava o problema da ocupação irregular de terrenos. Somava-se a isso a chegada na cidade de desabrigados das cheias do Vale do Itajaí que, cansados de aguardarem promessas de solução para o problema, transferiam-se para a capital a fim de pressionarem as autoridades estaduais e obterem algum tipo de assistência social. Agregados em torno da Igreja, sobretudo sob a coordenação de religiosos identificados com a Teologia da Libertação, acabaram por fundar o Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM) (CANELLA, 1992).

Nas chamadas periferias urbanas, os conflitos foram adquirindo maior organicidade quando as lideranças de diferentes localidades passaram a se articular entre si. As ações passaram a ser mais e mais conjugadas ao esforço de atores ligados à Igreja Católica (pastorais e Comunidades Eclesiais de Base - CEBs) de organizar esses moradores pobres. Esses atores da Igreja, que possuíam grande inserção junto aos moradores dos bairros onde se desenrolavam os conflitos, funcionavam efetivamente como mediadores, pois faziam a ligação desses moradores com outros setores da sociedade (tais como universidade, advogados, militantes de outros movimentos, sindicatos) que através da imprensa, divulgavam sua causa e pressionavam órgãos públicos. Com forte influência de um discurso focado na justiça social, o movimento assumiu um caráter politicamente progressista e, em pouco tempo, passou a protagonizar ações de enfrentamento com a prefeitura e outros órgãos públicos. Numa postura mais agressiva, superando a mera resistência às ações de despejo, o grupo que se organizava em torno do CAPROM fez a opção pelas ocupações organizadas. Tal opção demarcava uma ruptura com a forma como vinham

---

3 Nos bairros mais pobres, a Igreja progressista se fazia presente por meio das comunidades eclesiais de base (CEBs) com origem na Ação Católica. Além delas, havia também a atuação das religiosas da Congregação das Irmãs Fraternidade Esperança e dos padres e estudantes de Teologia do Instituto Teológico Santa Catarina (Itesc) (FANTIN, 1997, p. 164-169).

até então acontecendo as ocupações em Florianópolis, que se dava de forma progressiva, com uma casa surgindo após a outra, até se ter uma comunidade estruturada, com comércios estabelecidos e infraestrutura e equipamentos urbanos que permitiam, mesmo que de modo precário, a presença de um conjunto cada vez maior de moradores.

A primeira ocupação organizada aconteceu em julho de 1990, em um terreno público localizado às margens da Via Expressa (via principal de ligação entre a BR-101 e a ponte de acesso à ilha) dando origem à Novo Horizonte. Sob o lema de “ocupar, resistir e construir”, cerca de 100 famílias ocuparam um terreno da Companhia de Habitação (COHAB) (FRANZONI, 1993, p. 39). A área era destinada à construção de habitações populares, as quais vinham sendo proteladas sob a alegação de não dispor der recursos. Assim, o movimento revestia-se de legitimidade, visto que o terreno que havia sido ocupado tinha uma finalidade social, e cujos destinatários eram eles mesmos.

Assim, surgia em Florianópolis o movimento sem-teto. Sua emergência ocorreu num contexto de explosão de movimentos, inscritos numa conjuntura nacional de luta por direitos e por participação, designado por Ana Amélia Silva como sendo a conjuntura da cidadania, por configurar “um espaço público onde não somente são criados novos direitos, mas onde procura-se, por várias formas, incluir o direito de participação pública” (SILVA, 1990, p. 8)<sup>4</sup>. Os reflexos desta conjuntura fizeram-se sentir na Constituição de 1988 e no amplo processo de mobilização da sociedade civil em torno do encaminhamento de emendas populares às leis orgânicas municipais. Florianópolis não esteve alheia a esta conjuntura. Questões como a presença de migrantes pobres na cidade e as situações de despejo passaram a ser vistas como “problema social” e, portanto, como responsabilidade do Estado (FRANZONI, 1993, p. 46). O importante é que o novo olhar sobre a questão social veio acompanhado, nesta conjuntura, de uma rede de apoio que envolvia lideranças políticas, vereadores, universitários, representantes de sindicatos, religiosos, representantes de outros movimentos sociais.

A ocupação da Novo Horizonte não foi, portanto, de natureza meramente episódica, mas parte de um movimento que teve outros desdobramentos, entre eles, o caso da segunda ocupação, aqui analisado. Ela deu origem à Nova Esperança, e ocorreu em novembro de 1990, apenas quatro meses depois da Novo Horizonte. O local escolhido foi a Coloninha, bairro de classe média localizado na área continental de Florianópolis. Os ocupantes formavam um grupo bastante heterogêneo. Eram provenientes de diferentes regiões. Nadir Azibeiro (2006), com base em dados de um levantamento realizado pelo CA-

4

Sobre essa conjuntura, ver Paoli e Telles (2000).

PROM em 1990, informa que 17,3% eram naturais de Florianópolis. No entanto, apenas 5% do total de ocupantes residiam fora da Grande Florianópolis à época da ocupação e 65% já moravam em Florianópolis há pelo menos dez anos. Tinha também em comum o fato de compartilharem a experiência de pobreza vivendo na capital. A ocupação foi considerada um sucesso, pois obtiveram os lotes e os recursos para construção das casas, em uma área próxima à ponte que dá acesso à ilha (onde está localizado o centro de Florianópolis), o bairro Monte Cristo. O sucesso das negociações foi atribuído ao forte componente organizativo e capacidade de mobilização do movimento. Suas lideranças buscaram o fortalecimento do movimento por meio de apoios externos, organizaram atos que deram mais visibilidade à causa dos sem-teto: tais tarefas foram fundamentais naqueles dias tensos das primeiras semanas de ocupação. Também se fazia mais do que necessário despertar o sentimento de união, fortalecendo a coesão do grupo, que agora se convertia numa “*comunidade*”.

A forte presença de religiosos na condução do movimento teve papel fundamental na difusão do sentimento de união comunitária. O caráter político era claramente permeado de elementos religiosos: os valores e os discursos veiculados tornavam-se muitas vezes visíveis em práticas que assumiam a forma de rituais, como cultos ecumênicos e romarias. Além de celebrações religiosas, a participação em manifestações dessa natureza era bastante frequente durante todo o período da ocupação e nos primeiros anos de existência da Nova Esperança.

O acesso à habitação popular permitiu às lideranças do movimento a construção de uma narrativa vitoriosa: a luta teria garantido, na visão dos moradores e das lideranças, condições dignas de habitação e também afrontado os setores que não desejavam a presença de uma pobreza que denunciava uma realidade dissonante da imagem que procuravam veicular de Florianópolis<sup>5</sup>.

No entanto, a trajetória dos moradores, nos anos seguintes à ocupação e ao mutirão acabou revelando que o processo de luta coletiva garantiu habitação, mas não proporcionou mobilidade social, não alterando, para a maioria deles, indicadores como o nível de renda e o grau de escolaridade. Os antigos sem-teto continuaram a viver numa cidade cujo crescimento os incorporava apenas de forma subalterna à sua dinâmica. Aliás, o aumento da atividade turística, ao contrário do que havia sido preconizado pelos defensores do projeto de metropolização da cidade, não se traduziu na melhoria das condições de vida da população empobrecida. No caso da localidade aqui analisada, a população prosseguiu convivendo com elevados índices de desemprego, informalidade e empregos temporários.

<sup>5</sup> Sobre as imagens e significados em disputa em Florianópolis na década de 1990, consultar o livro de Márcia Fantin, *A cidade dividida* (2000).

As lutas por moradia desembocaram numa conjuntura de desmobilização dos atores coletivos. A resposta a esse cenário ocorreu por meio do assim chamado terceiro setor. Nas comunidades surgidas dos sem-teto, e naquelas que passaram a integrar o movimento popular, passaram a ser desenvolvidos muitos projetos voltados para a juventude e para geração de renda. Em lugar da luta, onde “precisavam estar unidos”, o atendimento às demandas focalizadas passou a ocupar a cena, favorecendo uma gradual desarticulação das associações de moradores, principal espaço de organização coletiva. Tal dinâmica podia ser constatada também em outras localidades que, naquela conjuntura de mobilizações coletivas que caracterizou a década de 1980 estiveram bastante organizadas e atuantes.

### *Segundo ciclo: os sem-teto na década atual (2010 – 2014)*

Nas duas décadas que se seguiram às primeiras ocupações o crescimento da região da Grande Florianópolis intensificou-se, acentuando um processo que pode ser designado como sendo de metropolização. Entre outras consequências, a região metropolitana passou a conviver com sérios problemas de mobilidade urbana. O surgimento de novos espaços de pobreza têm sido concomitante ao crescimento da área conurbada, complexificando o processo de segregação socioespacial de forma significativa. Como descrito nas páginas anteriores, tais espaços foram se expandindo em direção à parte continental (embora se constate o crescimento em diferentes regiões da parte insular do município de Florianópolis) e, principalmente, para os municípios vizinhos, agravando problemas referentes à ocupação do solo urbano: ocupação irregular, ocupação de encostas e outras áreas de risco, poluição de mananciais d’água, ausência de saneamento básico e disputas pela posse do solo podem ser arrolados como exemplos.

Nas próximas páginas procedemos a um breve histórico de três ocupações ocorridas nesta década na Grande Florianópolis. Um relato descritivo dos fatos que impulsionaram a criação de cada uma delas, os processos de confrontação e de negociação que marcaram suas lutas e aspectos que consideramos mais peculiares em cada uma delas foram destacados nessas breves sínteses.

## **A Ocupação Contestado**

A dinâmica de conflitos em torno da ocupação do solo urbano assumiu novos contornos a partir de uma ocupação ocorrida no segundo semestre de 2012, em São José. A história envolve um conjunto de moradores pobres, em sua maioria migrantes recente (cerca de 120 famílias) de um bairro popular (José Nitro) com dificuldade de acesso à moradia e que receberam, durante



um exíguo espaço de tempo e em pleno período eleitoral, a promessa de posse de lotes para que pudessem estabelecer suas casas. O prefeito em exercício e candidato à reeleição disponibilizou um grande terreno, situado no mesmo bairro e, em menos de uma semana, as pessoas que haviam construído neste local suas casas foram alvo de uma ação de despejo da parte da própria prefeitura. A ação de despejo ocorreu logo após a eleição, na qual o prefeito não foi reeleito. Foi feita com grande truculência, com pouco tempo para a desocupação das casas. Além disso, como parte da estratégia repressiva, o Conselho Tutelar se fez presente buscando dissuadir os moradores de qualquer tentativa de resistência – sob o argumento de proteção das crianças, ameaçavam os moradores com a perda da guarda de seus filhos. Uma vez que por conta da ação de despejo, se encontravam na condição de sem-teto, corriam o risco de ter seus filhos recolhidos a algum abrigo pelo Conselho Tutelar.

No entanto, as informações circularam com rapidez: quando do despejo, grupos de militantes organizados, compostos em sua maioria por jovens universitários, se fizeram presentes. Por iniciativa deles as famílias foram conduzidas para o Ginásio de Esportes do bairro, e ali permaneceram abrigadas em situação de extrema precariedade por 26 dias. Nesse período, sofreram com problemas como más condições de higiene, falta de alimentos e abastecimento de água. A prefeitura de São José, responsável pelo ginásio, não suspendeu sua agenda e os abrigados tiveram de conviver com a realização de jogos nas quadras durante todo o período.

No período em que permaneceram no Ginásio, passaram a contar com uma rede de apoio, organizada pelas Brigadas Populares, pelo Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN) e por militantes do Movimento Sem-Terra (MST). Alguns meses depois, foi criada a FALM (Frente Autônoma de Luta por Moradia), com militantes do Coletivo Bandeira Negra, que passou a atuar diretamente no trabalho de base na Ocupação Contestado.

No final de outubro foi formada uma rede de apoio dos desalojados do José Nitro, reunindo entidades sindicais, estudantis e da sociedade civil. Com o apoio de entidades e movimentos sociais, e após um intenso período de organização, ocuparam uma nova área na mesma região (bairro Jardim Zanelatto), pertencente a uma tradicional família de comerciantes de São José e proprietária de muitos imóveis na Grande Florianópolis. A ocupação ocorreu na madrugada do dia 6 para o dia 7 de novembro de 2012. Aproximadamente 50 famílias ocuparam um terreno abandonado há mais de 40 anos. No final do primeiro dia, quase 90 famílias já haviam se estabelecido no local. Passaram a se organizar em núcleos. Com sugestivos nomes (Dandara, Vida Nova, Che Guevara, Zapata, Guerreiros de Fé, Mansidão, Estrela Guia, Anita Garibaldi), esses núcleos se agrupavam em três conjuntos maiores, as quadras. Os repre-

sentantes de núcleos reuniam-se semanalmente, e possuíam cada um coordenador cada. As assembleias gerais da ocupação ocorriam uma vez a cada duas semanas, ou de acordo com a necessidade eram convocadas assembleias extraordinárias. Temas como a entrada e expulsão de famílias eram exclusivos das assembleias. As reuniões de quadra eram destinadas à resolução de problemas específicos de estrutura da área e eram realizadas em fins de semana alternados, aos domingos pela manhã.

Em novembro de 2012 ocorre uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que debate a situação das famílias e a responsabilidade do Poder Público. A comunidade comparece em peso. A mesa foi composta por dois deputados estaduais, a advogada do Movimento, o Promotor do MP de SC que cuidava do caso, um representante do movimento de luta por moradia e das Brigadas Populares e um representante do Governo do Estado de Santa Catarina. Na ocasião, a SPU (Superintendência do Patrimônio da União) enviou ofício ao promotor consagrando um amplo terreno na Avenida das Torres para a construção de moradias populares.

Em início de dezembro de 2012 a Imobiliária SUVEC, na figura de Florisbela Becker, entrou com liminar de reintegração de posse, recebendo parecer favorável da Justiça. O movimento reagiu: a Ocupação Contestado entrou com uma ação para derrubar a liminar de reintegração. Ao mesmo tempo lançaram a campanha “Despejo Não!” Poucos dias depois, em 7 de dezembro de 2012, a Ocupação Contestado teve sua ação aprovada pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, vencendo o perigo de reintegração de posse.

O movimento passou a receber apoio de muitos setores da sociedade: projetos de extensão universitárias foram postos em prática e passou a haver uma forte participação de grupos de apoiadores com trabalhos de base de cunho pedagógico e de apoio à organização dos moradores da ocupação.

Em 2014, as negociações pouco avançaram em razão de ser um ano eleitoral, gerando um desgaste entre os moradores, dadas as precárias condições de habitação nas quais se encontram. No entanto, as avaliações das lideranças otimistas quanto ao futuro da ocupação eram otimistas, uma vez que as suas lideranças consideravam assegurada a sua transferência para a área da SPU a eles destinada<sup>6</sup>.

## **A Ocupação Palmares**

Diferentemente da Contestado, a Ocupação Palmares surgiu de forma espontânea, sem uma ação desencadeada através de um planejamento prévio

6

Em 2016, ano em que é realizada a redação do presente artigo, a situação permanecia inalterada.

feito por um movimento organizado. A partir do final de 2012 várias famílias começaram a ocupar terrenos adjacentes a uma estrada que vinha sendo pavimentada com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), interligando morros da área central da parte insular de Florianópolis (área conhecida como Maciço do Morro da Cruz). Os ocupantes constituíam um grupo de cerca de 20 famílias que resolveram sair do aluguel, todos eles migrantes, há muitos anos em Florianópolis, morando no morro da Penitenciária, na Serrinha e em outras localidades do Maciço do Morro da Cruz. Muitos deles estavam cadastrados nos programas de política habitacional do governo, entre os quais o que previa a entrega de uma COHAB para 300 famílias do Maciço.

Em razão das sucessivas tentativas por parte de órgãos públicos de demolição que ameaçavam a ocupação, em pouco tempo os mesmos grupos que apoiavam a Contestado aproximaram-se dos moradores da Palmares e passaram a fazer parte da organização. A sequência dos acontecimentos de uma dessas ações revela as formas de mobilização e o papel dos mediadores junto aos moradores.

Em 1º de agosto de 2013, fiscais da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM), acompanhados da Polícia Militar e da Guarda Municipal, subiram o morro para despejar sem mandado judicial os moradores da Palmares. A comunidade reagiu à ação da demolição e, deve-se destacar, a presença dos apoiadores foi fundamental nessa reação. Ligaram para defensoria pública da União, e para vereadores. De acordo com um depoimento, no momento em que perceberam que estavam os apoiadores estavam falando ao telefone com políticos, advogados, os policiais militares, fiscais e agentes da Guarda Municipal passaram a mudar de atitude. Os moradores fizeram uma representação junto à FLORAM, acusando-a de desconhecimento da própria legislação da cidade. Argumentaram que desconhecia o zoneamento da cidade, pois a área ocupada não era APP (Área de Preservação Permanente) e, mesmo que fosse, não poderiam violar um domicílio, a não ser com ordem judicial.

Após a ação da prefeitura os moradores e apoiadores reergueram em mutirão as casas que foram demolidas. Também passaram a realizar ações para organizar os moradores que viviam de aluguel ou que sofriam ameaça de despejo nas redondezas da ocupação. Também, em articulação com outros movimentos da cidade, organizaram uma marcha até a sede da FLORAM, no centro da cidade.

Durante o carnaval de 2014 os moradores da Ocupação Palmares precisaram enfrentar novas ações de despejo. Desta vez, no entanto, não conseguiram evitar a demolição de uma das casas. A ação foi marcada pela presença de

um forte aparato policial (mais de dez viaturas, segundo os presentes) e pela truculência na relação com os moradores. Alguns moradores tiveram seus pertences confiscados pelos policiais, e houve confronto com os moradores. Em que pese a reação dos apoiadores, não foi possível reconstruir essa casa.

Ao longo de 2014, as ameaças continuaram existindo, e as negociações não avançaram. Passou a prevalecer entre os moradores e apoiadores um sentimento de que a remoção dificilmente não ocorrerá<sup>7</sup>.

## **A Ocupação Amarelido**

Esta ocupação organizada ocorreu no final de 2013 (dezembro), às margens da SC 401 (estrada que dá acesso às praias do norte da ilha) e próximo ao trevo de acesso à valorizadíssima e badalada praia de Jurerê Internacional. Pela sua localização, teve forte impacto na cidade, ganhando grande destaque nos principais veículos da mídia local, e tornando-se assunto muito comentado pela cidade.

Foi organizada por um setor do Movimento Sem-Terra, denominado Brigadas Marighela. As articulações tiveram origem na Ocupação Contestado, ao qual apoiaram no processo de organização da ocupação, e contaram com muitos moradores e famílias que se encontravam na lista de espera da Ocupação Contestado. Após a noite da ocupação da imensa área (cerca de 900 hectares), foram recebendo, dia após dia, a crescente adesão de um grande número de famílias. Chegou a contar com a presença de mais de 700 famílias.

O caráter reivindicado pelas lideranças para a ocupação foi o de uma ocupação rural em área urbana. O lema era “Terra, Trabalho e Teto”. As negociações assim, foram direcionadas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A ocupação recebeu forte apoio de lideranças de movimentos sociais da cidade, políticos, sindicatos, estudantes, associações profissionais. Chamou a atenção a forte reação contrária por parte da mídia, evocando termos como invasores, subversivos, desordeiros, vagabundos, com coberturas muito mais agressivas do que aquelas que caracterizaram as ocupações do primeiro ciclo nos anos 1990.

Embora o terreno pertencesse comprovadamente à União, tal fato foi omitido pela mídia local, que preferiu se concentrar nos ataques ao movimento. Uma curiosa inversão de sentidos foi produzida. O alegado proprietário do terreno havia sido deputado na época do regime militar, e se apropriou da área mediante financiamentos públicos para desenvolver projetos de aquicul-

7

O que de fato acabou ocorrendo no ano de 2016.

tura, os quais não foram em qualquer momento implementados. No entanto, sendo este fato omitido dos noticiários, o movimento é que acabou sendo criminalizado.

A justiça estadual tratou o problema sob a ótica da criminalização, acusando-os de ameaça de ordem pública, crime ambiental e invasão de propriedade privada. Em abril foram obrigados a desocupar a área, transferindo-se então para o Rio Vermelho, ocupando uma área vizinha aos campos de golfe de um luxuoso resort do norte da ilha. Sofreram uma reação bastante violenta de moradores da localidade, incentivados por uma campanha intensa da mídia local e, segundo lideranças do movimento, por dinheiro vindo dos proprietários do resort. Após um violento conflito entre os ocupantes e a vizinhança, deslocaram-se de forma negociada e provisória, para uma área próxima a uma terra indígena, também em disputa com posseiros, localizada às margens da BR 101. Os conflitos não tardaram a acontecer e, pouco tempo depois, em junho de 2014, deslocaram-se para uma área rural em Águas Mornas, município rural da Região Metropolitana da Grande Florianópolis<sup>8</sup>.

O grupo acabou bastante reduzido em seu número de famílias, pois um número significativo de famílias buscavam “teto” (eram trabalhadores urbanos com expectativas de moradia), e não “terra”, como almejavam as lideranças do MST. No entanto, o movimento avaliou como tendo obtido uma conquista, por ter denunciado as contradições urbanas produzidas por uma cidade como Florianópolis, e por terem conquistado terra, mesmo que para uma parcela diminuta do grupo originalmente instalado às margens da SC-401 em dezembro de 2013.

### **As ocupações em dois tempos**

Com relação ao que caracteriza o conjunto de ocupações que compõem o que denominamos de segundo ciclo, um primeiro aspecto que chama a atenção é a presença de muitos novos moradores migrantes de outras regiões do Brasil: ao contrário da década de 1990, quando o perfil migratório era dominado por famílias oriundas do interior do estado, ou dos estados vizinhos da região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul), o que se atesta hoje é que, junto com estes migrantes da região Sul, ocorre também a presença de migrantes de outras regiões, como do Sudeste e, especialmente, do Nordeste. Famílias que, segundo os primeiros depoimentos coletados, migraram em razão das maiores oportunidades de trabalho oferecidas pelo estado de Santa Catarina. “Aqui só não trabalha quem não quer”, como disse um dos novos moradores convertido em sem-teto. No entanto, altos índices de informalidade.

8

Na data de fechamento do presente artigo, permaneciam morando nesse acampamento cerca de nove famílias.

No entanto, ainda com relação ao perfil desses moradores cuja origem é majoritariamente migrante, cabe observar que se são constatadas uma série de diferenças, como o aumento da presença de migrantes de outras regiões do país e a significativa presença de famílias de municípios da Região Metropolitana, algumas continuidades podem ser identificadas. Primeiro, cabe observar que em ambos períodos o contingente populacional mais significativo é de Santa Catarina. Dados da ocupação Amarildo indicam que 37,9% são catarinenses. Se considerarmos os três estados da região Sul, temos 71,1%. Entre os ocupantes da Contestado, 79,3% nasceram na Região Sul (e em Santa Catarina, 57,3%).

Outro dado, ainda com relação aos migrantes catarinenses, é que a maioria dos responsáveis pelo domicílio da Ocupação Contestado (27) nascidos em Santa Catarina são provenientes da mesorregião Oeste, tal como na década de 1990. No entanto, verificou-se um aumento de nativos da Grande Florianópolis (20). Mas entre esses, na geração dos pais, são encontrados apenas 8 (oito) pais dos responsáveis pelo domicílio que nasceram na Grande Florianópolis, o que atesta que entre os ocupantes nascidos na Grande Florianópolis, a maioria é constituída por filhos de migrantes. Ou seja: a cidade tem dificuldade em incorporar novos moradores, pois muitos dos ocupantes nascidos na Grande Florianópolis são filhos daqueles que migraram das mesmas mesorregiões do interior de SC que forneceram os sem-teto dos anos 1980/1990.

Um segundo aspecto é que tal como os sem-teto dos anos 1990, os ocupantes da presente década também inauguraram suas práticas associativas a partir do processo de ocupação. Ou seja: a maioria não tem experiência associativa anterior, e as iniciativas de mobilização coletiva dependem da presença dos articuladores externos ao próprio grupo de ocupantes. No caso da Contestado, o movimento surgiu sem uma preparação prévia, ao contrário do que acontecia nas décadas de 1980 e 1990, quando os sem-teto passavam por um longo período de preparação. O tornar-se “sem-teto” foi resultado das circunstâncias, a partir de acontecimentos que ocorreram de forma inesperada em suas vidas.

### *Os mediadores em tempos de políticas neoliberais*

A constatada escassez práticas associativas entre os ocupantes remete ao terceiro aspecto digno de nota neste trabalho de análise do movimento sem-teto. A inexperiência política fez com que as assessorias (ou, no linguajar contemporâneo, as redes de apoio) tivessem um papel bastante importante nos rumos do movimento, no desenho de suas estratégias e em suas formas de mobilização e estrutura de organização interna. Se esta forma os aproxima dos movimentos dos anos 1990, o perfil dos atores que compõem essa rede de

apoio é particularmente diferenciado. Ao invés do peso de setores ligados ao clero progressista da Igreja Católica, que traziam uma prática e um discurso de mobilização a partir das bases, com ênfase na democracia interna e na participação popular, a presença marcante agora é de jovens universitários, ligados a grupos de vanguarda com um discurso articulado a partir de ideologias bem demarcadas. Enquanto no Bandeira Negra a matriz discursiva é assumidamente anarquista, o coletivo das Brigadas Populares orienta-se por uma posição marxista-leninista. No entanto, guardam uma proximidade com a prática encontrada no trabalho de base da igreja nas décadas de 1980 e 1990, marcada pela capacidade de dialogar com setores populares (algo não muito comum em muitos grupos de vanguarda de origem estudantil) e transcender o seu universo de classe.

Outro aspecto refere-se à mudança nas matrizes discursivas. Aquela da Teologia da Libertação nos anos 1990 não mais se apresenta no atual momento. O componente emancipatório que se identificava sob termos como libertação, oprimidos, agora se apresenta com termos mais diretamente identificados com o projeto da revolução socialista nos moldes clássicos. Sobre isso é interessante ver os nomes empregados. No 1º ciclo de ocupações (anos 1990): Nova Esperança, Nova União, Novo Horizonte. No 2º ciclo: Contestado, Palmares, nomes que remetem à “história dos vencidos”, evocando a luta de classes na história nacional. No caso da Ocupação Contestado, o nome atual concorreu com “Nova Canaã”, referência bíblica, uma identificação que é bastante significativa para um conjunto expressivo de moradores, adeptos de religiões neopentecostais. Observando os nomes em núcleos de moradia, há uma curiosa mescla: a escolha de nomes como Zapata, Che Guevara, Dandara, Anita Garibaldi (sugeridos pelos mediadores), combinou-se com nomes como Estrela Guia, Mansidão, Vida Nova, Guerreiros de Fé, propostos pelos moradores.

Assim, pode-se afirmar que o segundo ciclo de ocupações se distinguiu do primeiro por forjar-se sob uma nova matriz discursiva, como sugeriu Eder Sader (1988) Tendo como foco justamente os movimentos sociais urbanos, na década de 70, esse autor demonstrou em seu estudo a centralidade deste trabalho simbólico das matrizes discursivas que constituíram o campo dos movimentos sociais naquele contexto, o qual encontrou um prolongamento seu nos movimentos de luta por moradia dos anos 1980-1990. Assumindo a conhecida ideia de que há grupos e pessoas (intelectuais individuais ou coletivos) junto com a emergência dos movimentos, Sader evidenciou como a constituição de pautas e, sobretudo, uma identidade coletiva - o que constitui um ator ou um sujeito político, propriamente dito - é um denso e intenso trabalho subjetivo, no qual a relação dialética, ou, se quisermos, a “negociação

de sentidos” - entre os intelectuais ou mediadores e os membros de base do movimento, é fundamental. Não podemos falar, portanto, em “mediadores externos *strictu sensu*”, nem em apoiadores que estariam “por detrás” dos protagonistas, mas sim, de um complexo conjunto de atores que, juntos - e com diferenças, conhecidas por todos que dele fazem parte - instituem os atores e/ou sujeitos enquanto tais.

É significativo observar que entre 1991 e 2012 não aconteceu nenhum movimento social organizado de ocupação de terrenos em Florianópolis, nem nos municípios que compõem a área conurbada, ao mesmo tempo em que o problema da moradia agravou-se, acrescido pela vinda de frentes significativas de migrantes de classes populares para a região. Não houve uma mudança significativa no perfil dos ocupantes, embora seja constatada a maior presença de nativos da Grande Florianópolis, e também contando com o incremento de fluxos migratórios provenientes de outros estados e regiões: de baixa renda, pouco escolarizados e com escassa experiência associativa anterior.

Este hiato entre as ocupações organizadas pode ser atribuído a transformações ocorridas no âmbito dos mediadores políticos, que outrora atuavam como movimentos sociais. Esses mediadores tinham como princípio de organização a articulação coletiva visando o enfrentamento com os poderes hegemônicos. Embora as demandas sejam encaminhadas, elas passam a acontecer sobre outra forma, que não mais a de movimentos sociais. Se considerarmos a discussão conceitual sobre os movimentos sociais, vemos com Alan Touraine que possuir uma identidade, ter um opositor e se articularem em torno de um projeto de vida ou de sociedade são características básicas dos movimentos sociais. O atendimento individualizado às necessidades dos demandatários, sem a necessidade de articulações coletivas enfraquece a construção de um sentido de unidade e de pertencimento comum. Do mesmo modo, o opositor desaparece a partir do atendimento de demandas por meio de projetos elaborados por ONGs, que vem ao encontro dos interesses sem que os atendidos pela demanda tenham participado da formulação da proposta e se organizado para reivindicá-las.

Nos anos que se seguem à “década da cidadania” (na década de 1990, considerada como neoliberal), ocorre um processo que alguns autores, como Virgínia Fontes (2010, p. 337) analisam como de apassivamento dos trabalhadores pelo capital. Há um contexto de desmobilização, no sentido que os atores deixam de atuar no formato consagrado da década de 1980. Na verdade, as próprias categorias de desmobilização e apassivamento precisam ser problematizadas, analisando a sua aplicabilidade à luz das particularidades de cada situação. Analiticamente, é necessário operar com distinções. Em muitos casos, tratou-se de repressão mesmo aos movimentos, como ocorreu com o



movimento sindical - sendo a greve dos petroleiros de 1995 um marco decisivo na transição para um novo arranjo societal no qual não haveria espaço para os trabalhadores<sup>9</sup>. Por outro lado, há que se observar as mudanças de estratégias, especialmente com as sucessivas vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT). Embora tenha o PT dado continuidade a uma série de políticas neoliberais, na questão do Estado e suas redes (clientelistas, “participacionistas”) parece que ele vai fazer diferença para muitos atores sociais. Em outras situações, os movimentos não cessaram, embora tenham diminuído de intensidade, como foi o caso os movimentos de luta por moradia, especialmente nas grandes cidades. Há também um deslocamento dos atores para espaços institucionais. Nesses casos, pensando nos mediadores, tratou-se de ocupação de espaços num contexto de sobrevivência política – a aí a alternativa de ONG ou a participação em espaços estatais (executivo ou legislativo)

No entanto, é necessário considerar que quando determinadas demandas deixam de ser encaminhadas, o deslocamento dos atores para espaços institucionais pode resultar em um processo que pode ser designado como de apassivamento, no sentido dado por Fontes - sendo que em determinadas situações cooptação seria a categoria mais adequada, na medida em que a participação dos atores nesses espaços tem como resultado o não atendimento às demandas dos movimentos que representam e/ou assessoram. A análise dos movimentos sociais em Florianópolis indica que os movimentos sociais vinculados à moradia se enquadram aqui. Um exemplo é a forma como muitas lideranças das localidades surgidas das lutas dos anos 1990 (1º ciclo) se referiram à atuação de ONGs (como o Centro de Educação e Evangelização Popular – CEDEP, a qual é coordenada por um dos fundadores do CAPROM). Reclamam essas lideranças que ao longo dos anos deixaram de ser os moradores, por meio de suas associações, os efetivos protagonistas das lutas por melhorias nas comunidades. Tornaram-se cada vez mais escassas as oportunidades de conquista de suas reivindicações seguindo os padrões de mobilizações pelos quais os sem-teto conquistaram as suas casas. Tendo que atuar em redes, enfrentado processos de negociação no interior de espaços estatais, encontram dificuldades. Em tempos de mudanças de parâmetros da organização dos movimentos sociais as formas organizativas tradicionais (associações de moradores) passaram a encontrar dificuldades e acabaram perdendo a continuidade com o ativismo político do qual se originaram.

É nesse contexto que as atuais ocupações de sem-teto trazem uma novidade, mas também recuperam elementos daquele passado de lutas. Na presente década, o papel protagonista cabe àquelas organizações de esquerda que nas

---

9 O estudo de Frederico Romão discute como a reestruturação produtiva do capital provocou o retrocesso no processo de organização e nas conquistas obtidas pelos operários com as lutas dos fins dos anos 70. (ROMÃO, 2006)

décadas de 1980/1990 tiveram um papel apenas coadjuvante. Brigadas Populares, Coletivo Bandeira Negra, Brigadas Marighela substituem o CAPROM nas lutas contemporâneas. O apoio aos movimentos atuais vem de organizações com claro viés ideológico (marxista-leninista ou anarquista), diferente das organizações de base influenciadas diretamente pelos militantes vinculados às pastorais da Igreja Católica. Essa é a novidade.

Nessa substituição recuperam a escolha por um tipo de estratégia que busca fortalecer a organização de base, estimulando mobilizações coletivas contra um opositor claramente identificado e construindo um sentimento de pertencimento coletivo entre os sem-teto. Mesmo que sem a experiência dos agentes religiosos, adquirida em anos de assistência religiosa e diferentes espaços da sociedade brasileira, recuperam a tentativa de organização coletiva se setores populares. Ou sejam, apostam na constituição de um ator coletivo, como parte de um projeto de uma nova sociedade. Nessa aposta nos movimentos sociais é que encontramos elementos que os ligam às lutas das décadas anteriores.

Mas tal processo ocorre sob novas condições. Um elemento encontrado na Ocupação Contestado, e relatado constantemente pelas lideranças e mediadores diz respeito à presença de muitos moradores de religiões pentecostais (62,9%). Esse dado, associado à pouca experiência associativa anterior, colocou-se sempre como um obstáculo à participação coletiva no modelo defendido pelos mediadores (Brigadas Populares e Coletivo Bandeira Negra). É possível falar mesmo em disputas entre a associação e os evangélicos (ou crentes, como são denominados na ocupação), na medida em que a religiosidade, por meio da presença dos pastores, se interpõe entre as lideranças e muitos dos moradores. Segundo os líderes da associação, eles acabam desmobilizando a ocupação, procurando evitar que seus adeptos se envolvam nas atividades coletivas. Trata-se de uma religiosidade que associa a fé ao sucesso individual e à prosperidade econômica, desestimulando qualquer tipo de sociabilidade que não aquela possibilitada pelas suas respectivas igrejas, ao contrário do estímulo à participação encontrado nas CEBs e pastorais dos anos 1980/1990.

### **Considerações finais**

Essa breve análise pretendeu iniciar uma sistematização acerca de todo um conjunto de mobilizações ocorridas em um marco temporal que abrange três décadas, as quais foram divididas em dois ciclos. Sua contribuição reside em elucidar os processos que engendram a dinâmica conflitiva relacionada à expansão dos espaços de pobreza, evidenciando nesses dois ciclos os atores sociais no seu processo de participação política: como a luta por direitos sociais pode engendrar novos comportamentos na esfera política, construindo

(ou não) uma cidadania ativa baseada na reivindicação de direitos. Para a pesquisa sociológica é de fundamental importância compreender o que impele sujeitos à ação, e de que modo se constituem como sujeitos em suas ações. Para tanto, buscamos aprofundar o conhecimento acerca de como esses sujeitos, traduzidos sob termos como movimento, atores coletivos, lideranças, se colocam em situações-limite de enfrentamento com os mecanismos de controle e repressão existentes na sociedade.

Todo um elenco de questões pode ser apontado como crucial para o aprofundamento da reflexão sobre a constituição desses sujeitos. A necessidade, por exemplo, de confrontar as novas experiências desses sem-teto com suas trajetórias de vida. Ou aprofundar a compreensão sobre as formas pelas quais as experiências locais articulam-se com o contexto de lutas desenvolvidas em outras metrópoles. Nossa contribuição consistiu em comparar dois momentos das lutas por moradia, buscando elucidar, ainda que de forma preliminar, aspectos como o perfil social dos moradores que lutam por moradia, o papel dos mediadores junto a esses movimentos e que novos significados eles estabelecem.

Finalmente cabe observar que o esforço em comparar esses dois momentos pode nos oferecer importantes elementos para a reflexão sobre os desafios contemporâneos na construção de uma sociedade democrática. As lutas dos sem-teto no contexto de redemocratização, junto com todo um outro conjunto de movimentos sociais, trouxeram consigo a marca da conquista dos direitos, numa conjuntura em que o direito a lutar por direitos (ou o “direito a ter direitos”) se colocava na ordem do dia. Em contrapartida, o que se coloca hoje na ordem dia é a defesa dos direitos sociais conquistados, e a possibilidade de defendê-los sem ser criminalizado.

## Referências

ARAÚJO, H. R. de. Fronteiras internas: Urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

AZIBEIRO, N. E. *Educação intercultural e comunidades de periferia: limiar da formação de educadoras*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CANELLA, F. *A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

CANELLA, F. *Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FANTIN, M. *Construindo cidadania e dignidade*. Florianópolis: Insular, 1997.

FANTIN, M. *A cidade dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANZONI, T. *As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina*. 1993. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1993.

ROMÃO, F. L. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995: expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

LÜCHMANN, L. H. H. *Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União das Florianopolitana de Entidades Comunitárias)*. Florianópolis: UFSC, 1991.

MACHADO, S. M. *O processo de formalização jurídico-institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis: um caso de oposição sistemática*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

MÜLLER, K. *Organização de moradores de Florianópolis numa perspectiva das necessidades radicais*. 1992. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

OURIQUES, Helton. A apologia do turismo em Florianópolis-SC: mitos e contradições. *Revista de Ciências Humanas*, v. 25, n.1, p. 63-81, 1999.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. F.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 103-148.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, A. A. A luta pelos direitos urbanos em São Paulo: representações de cidade e cidadania. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, Caxambu, MG, out. 1990.

SUGAI, M. I. Ações do poder público na produção da segregação espacial urbana. *SHCU-Seminário da História da cidade e do urbanismo-1990*, v. 8, n. 4, 2004.

SUGAI, M. I. Há favelas e pobreza na “Ilha da magia”? In: ABRAMO, P. (Org.). *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC, 2009, vol. 10, p.162-199, (Coleção Habitar).

TATAGIBA, L. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.

CANELLA, Francisco. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e....

Submissão: 11/02/2015

Revisão: 05/04/16

Aceite: 13/06/2016

*Francisco Canella* é Sociólogo, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Atualmente é docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Endereço: Departamento de Ciências Humanas. Centro de Ciências Humanas e da Educação. FAED / UDESC. Av. Madre Benvenuta, 2007. Itacorubi. Florianópolis/SC, Brasil. CEP: 88.035-001  
E-mail: [franciscocanella@hotmail.com](mailto:franciscocanella@hotmail.com)